



Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2024
Construindo Mudanças para o
Desenvolvimento Social e Econômico



apoio



AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2024: Construindo Mudanças para o Desenvolvimento Social e Econômico



EXPEDIENTE

CSB - www.csb.org.br

CTB - www.ctb.org.br

CUT - www.cut.org.br

Força Sindical - www.fsindical.org.br

Intersindical Central - www.intersindicalcentral.com.br

NCST - www.ncst.org.br

Publica Central do Servidor - www.publica.org.br

UGT - www.ugt.org.br

ASSESSORIAS

DIAP - www.diap.org.br

DIEESE - www.dieese.org.br



Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

apoio



Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF, do Judiciário Federal do TO e da Justiça Federal e Eleitoral do AC, RO e RR

SUMÁRIO

Apresentação	5
Siglas	7
Entenda a ficha de cada proposição	10
Temáticas	11
Estado e Servidores	11
Reforma administrativa	11
Direito de greve pelos servidores públicos	12
Negociação coletiva na Administração Pública	13
Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet	14
Regimes próprios de previdência social	15
Previdência (RGPS, RPPS e RPC) e BPC	16
Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social e no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais	16
Regulamenta aposentadoria especial para trabalhadores expostos a substâncias prejudiciais à saúde	17
Negociação coletiva	18
Assistência do sindicato na rescisão contratual	18
Garantia da ultratividade das normas estabelecidas em convenções ou acordo coletivo	19
Intervenção sindical nas dispensas coletivas	20
Contratos de Trabalho	21
Contrato de trabalho intermitente	21
Regime híbrido de trabalho	22
Regime híbrido de jornada de trabalho	23
Trabalho multifuncional	24
Contratos de terceirização	25
Contratos de terceirização	26
Trabalho em plataforma	27
Regulamentação do trabalho de motoristas	27
Regulamenta a profissão de Motorista Autônomo de Serviço de Mobilidade Urbana	28
Regulamenta proteção do trabalho afetado pela automação	29
Jornada de trabalho	30
Redução da jornada de trabalho	30

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2024: Construindo Mudanças para o Desenvolvimento Social e Econômico

Trabalho escravo e infantil	31
Punições para o trabalho escravo	31
Remuneração do trabalhador	32
Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física	32
Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física	33
Emprego, Demissão e Seguro-Desemprego	34
Lei do primeiro emprego	34
Institui o Estatuto do Aprendiz	35
Organização, Estrutura e Custeio Sindical	36
Reforma da organização sindical	36
Regulamenta a organização sindical	37
Contribuição assistencial	38
Contribuição sindical	39
Veda a exigência de contribuição sindical a profissionais não sindicalizados	40
Convenções da OIT	41
Igualdade de gênero nas oportunidades e no tratamento de trabalhadores	41
Eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho	42
Demissão imotivada do trabalhador	43
Projetos Monitorados	44
Temas gerais relacionados aos servidores público	45
Temas gerais relacionados aos regime geral de previdência social e no regime geral próprio de previdência social	47
Temas gerais relacionados negociação coletiva	49
Temas gerais relacionados contrato de trabalho	50
Temas gerais relacionados licença maternidade/paternidade	51
Temas gerais relacionados trabalho em plataforma	52
Temas gerais relacionados redução de jornada de trabalho	53
Temas gerais relacionados idosos deficiência e doenças graves	55
Temas gerais relacionados trabalho escravo/infantil	56
Temas gerais saúde e segurança do trabalhador	57
Temas gerais relacionados remuneração do trabalhador	58
Temas gerais relacionados emprego/demissão/seguro-desemprego	60
Temas gerais relacionados reforma de estrutura sindical e modelo de financiamento	61
Temas gerais relacionados convenções da OIT	62
Temas gerais relacionados cidades e municípios	63
Temas gerais relacionados agricultura e trabalhadores do campo	64

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL:

“Construindo Mudanças para o Desenvolvimento Social e Econômico”

Prioridades 2024

APRESENTAÇÃO

Com grande entusiasmo, as Centrais Sindicais - CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical Central e Pública (Central do Servidor) - têm o prazer de apresentar a 3ª edição da Agenda Legislativa no Congresso Nacional, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tem o propósito de subsidiar a atuação das entidades sindicais na construção de políticas públicas que visam mudanças no campo social, trabalhista e econômico. Nesse sentido, este documento cumpre um papel crucial ao facilitar um diálogo contínuo com os parlamentares, tanto deputados federais quanto senadores da República, em relação às propostas em tramitação no Parlamento.

As Centrais Sindicais, integrantes da estrutura sindical composta por sindicatos, federações e confederações, desempenham um papel vital na democracia nacional e internacional. São organizações do terceiro setor que representam os interesses dos trabalhadores, lutando incansavelmente por melhores condições de trabalho, salários dignos, segurança no emprego, entre outros direitos fundamentais.

E a presença e atuação no Congresso asseguram que tais interesses sejam escutados e respaldados durante os debates legislativos que envolvem as proposições em análise nas Casas Legislativas. Ao todo, as Centrais Sindicais, identificaram 33 proposições como prioritárias para os trabalhadores, em particular, e para a sociedade, de forma geral. Além disso, a agenda inclui um levantamento que abrange centenas de propostas que também são acompanhadas com atenção pelas entidades sindicais.

Na classificação dessas proposições levou em consideração os seguintes critérios: a) chance de tramitação no ano; b) alto impacto na sociedade e trabalhadores; c) iniciativa do governo e/ou apoiada por setores; d) necessidade regulatória; e) impacto fiscal – receita e despesa; f) possui decisão no judiciário;

e g) outros critérios relevantes para a análise das propostas.

A agenda está organizada em 16 eixos temáticos que abrangem áreas como: estado e servidores; previdência social; negociação coletiva; contratos de trabalho; licença maternidade, paternidade e estabilidade da gestante; trabalho em plataforma; jornada de trabalho; idosos, deficiência e doenças graves; trabalho escravo e infantil; saúde e segurança do trabalhador; remuneração do trabalhador; emprego, demissão e seguro-desemprego; organização, estrutura e custeio sindical; convenções da OIT; cidades e municípios; e agricultura e trabalhadores rurais.

A agenda também destaca as iniciativas em discussão nos grupos de trabalho no âmbito do Poder Executivo, que podem, posteriormente, tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dentre essas iniciativas, merecem destaque as propostas relacionadas à regulamentação da reforma tributária, à negociação coletiva tanto no setor público quanto no privado, à regulamentação do modelo de financiamento das entidades sindicais, entre outros temas passíveis de abordagem.

Ao divulgar esta agenda, as Centrais Sindicais reconhecem o Congresso Nacional como um importante ator institucional para promover mudanças que fortaleçam a economia, criem empregos dignos e impulsionem um crescimento sustentável com medidas que reduzam as desigualdades sociais, garantindo acesso igualitário a oportunidades educacionais e de saúde para toda a população. Desejamos a todos uma boa leitura.

A agenda, apresentada aos trabalhadores e a sociedade em geral, não apontou, nesta edição, o posicionamento das entidades em relação as propostas que tramitam no Congresso e que fazem parte das destacadas pelas entidades. O posicionamento e a orientação serão objeto de análise a ser acrescentada nas próximas edições.

A Agenda Legislativa das Centrais Sindicais é permanentemente atualizada com novos projetos e medidas apresentados, com a revisão do posicionamento em relação aos projetos e medidas em tramitação. A atualização dessa Agenda e do mapeamento completo de mais de uma centena de propostas que tramitam no Congresso Nacional está disponível no site do DIAP (www.diap.org.br).

SIGLAS

CD – Câmara dos Deputados
SF – Senado Federal
CN – Congresso Nacional
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLP – Projeto de Lei Complementar
PL – Projeto de Lei
MPV – Medida Provisória
PLV – Projeto de Lei de Conversão
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
REQ – Requerimento
RIC – Requerimento de Informação

Comissões Permanentes Câmara dos Deputados

CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CASP – Comissão de Administração e Serviço Público
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCOM – Comissão de Comunicação
CCTI – Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação
CDC – Comissão de Defesa do Consumidor
CDE – Comissão de Desenvolvimento Econômico
CDHMIR – Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano
CE – Comissão de Educação
CESP – Comissão do Esporte
CFFC – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT – Comissão de Finanças e Tributação
CICS – Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

CIDOSO – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CINDRE – Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
CLP – Comissão de Legislação Participativa
CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME – Comissão de Minas e Energia
CMULHER – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CPASF – Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
CPD – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CPOVOS – Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSAUDE – Comissão de Saúde
CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CTRAB – Comissão de Trabalho
CTUR – Comissão de Turismo
CULT – Comissão de Cultura
CVT – Comissão de Viação e Transportes

Comissões Permanentes Senado Federal

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCDD – Comissão de Comunicação e Direito Digital
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDD – Comissão de Defesa da Democracia
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR – Comissão Diretora do Senado Federal
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CESP – Comissão de Esporte

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

CMA – Comissão de Meio Ambiente

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CSP – Comissão de Segurança Pública

CTFC – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Comissões Mistas Permanentes Congresso Nacional

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

CMCPLP – Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

CMMIR – Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ENTENDA A FICHA DE CADA PROPOSIÇÃO

PROPOSIÇÃO – TEMA DA PROPOSTA



O QUE É

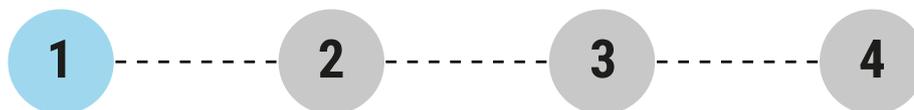
Menciona o autor da proposição, a ementa e um breve resumo sobre o conteúdo da proposta legislativa.

ONDE TRAMITA

Informa a Casa onde está tramitando a matéria e outras informações referentes à tramitação, como o relator e situação do parecer.

PRÓXIMAS ETAPAS

Órgão ou comissão onde tramita atualmente. E as próximas etapas de tramitação na Casa Legislativa – Câmara dos Deputados ou Senado Federal.



TEMÁTICAS

ESTADO E SERVIDORES

REFORMA ADMINISTRATIVA

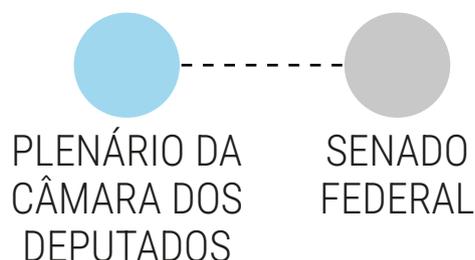
PEC 32/2020 - de autoria do Poder Executivo na gestão do então presidente Jair Bolsonaro (PL) - altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

A proposta muda as regras para os novos servidores públicos; entre as mudanças está a limitação da estabilidade no emprego para algumas carreiras. Permite a contratação temporária de servidores e altera a fórmula de novos servidores nos regimes previdenciários.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO-BA), no Plenário.

PRÓXIMAS ETAPAS



DIREITO DE GREVE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS

PL 1950/2003 - apresentado pelo ex-deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), a matéria tramita apensado a várias outras proposições com temas correlatos. As propostas estabelecem os termos e limites em que será exercido o direito de greve pelos servidores públicos federais.

Considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços e estabelece limites para as atividades essenciais.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

PRÓXIMAS ETAPAS



NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

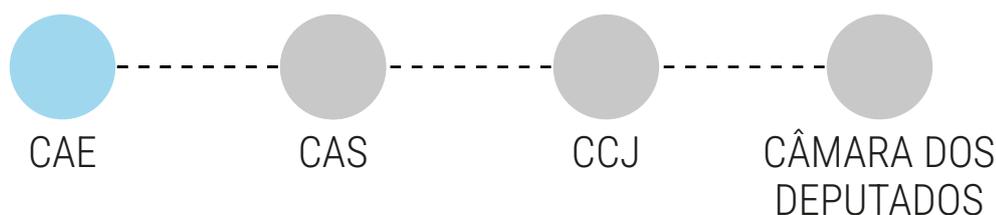
PL 1726/2023 - apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) - Estabelece as normas gerais para a negociação coletiva na administração pública direta, nas autarquias e fundações públicas dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O projeto busca assegurar o direito de negociação coletiva aos servidores da administração pública, de modo que serão representados por sindicatos ou entidade de grau superior, atuando na prevenção e solução de conflitos envolvendo os servidores e empregados públicos e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas Autarquias e Fundações Públicas.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PRÓXIMAS ETAPAS



INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE LIBERDADE RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA NA INTERNET

PL 2630/2020 - apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), a proposta busca uma regulação das Big Techs no Brasil.

ONDE TRAMITA

A matéria foi aprovada no Senado Federal e aguarda deliberação do plenário no Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovada sem alteração vai à sanção do Presidente da República, caso tenha modificações, volta para análise do Senado Federal.

PRÓXIMAS ETAPAS



PLENÁRIO DA
CÂMARA DOS
DEPUTADOS

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

PEC 6/2024 - de autoria do deputado Cleber Verde (MDB-MA) e outros - Altera o inciso X do § 22 e insere o § 21-A no art. 40 da Constituição, altera o art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 e revoga os §§ 1º-A, 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição e o § 8º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

A proposta altera as regras relativas aos regimes próprios de previdência social, dentre eles: adequação à realidade demográfica, inclusão de critérios de incapacidade, redefinição da base de cálculo e alíquota dentre outros.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda despacho do Presidente da Câmara.

PRÓXIMAS ETAPAS

A proposta pode ser encaminhada a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa para verificação de sua admissibilidade ou, ser apensada a propostas em tramitação que tenham temas correlatos.

PREVIDÊNCIA (RGPS, RPPS E RPC) E BPC

PENSÃO POR MORTE NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

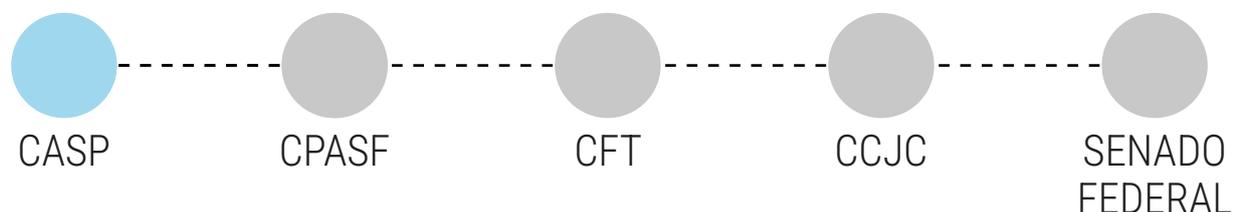
PL 2779/2023 - apresentado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE) - dispõe sobre o benefício de Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social e no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais e dá outras providências.

O projeto institui o benefício de pensão por morte no Regime Geral de Previdência Social e no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais. Estabelecendo os beneficiários na condição de dependentes do segurado.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

PRÓXIMAS ETAPAS



REGULAMENTA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA TRABALHADORES EXPOSTOS A SUBSTÂNCIAS PREJUDICIAIS À SAÚDE

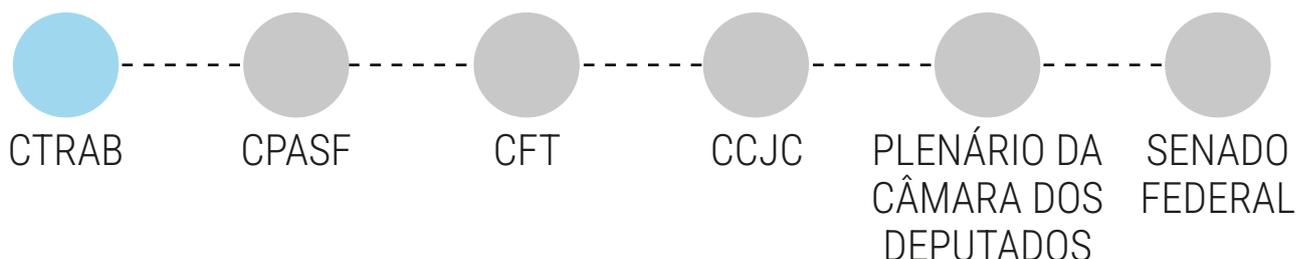
PLP 42/2023 - Apresentado pelo deputado Alberto Fraga (PL-DF) - Regulamenta o art. 201, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, para dispor sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde, e dá outras providências.

O projeto cria aposentadoria especial aos trabalhadores que exerceram atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer da relatora, deputada Geovania de Sá (PSDB-SC), pela aprovação deste e dos apensados, com Substitutivo na CTRAB.

PRÓXIMAS ETAPAS



NEGOCIAÇÃO COLETIVA

ASSISTÊNCIA DO SINDICATO NA RESCISÃO CONTRATUAL

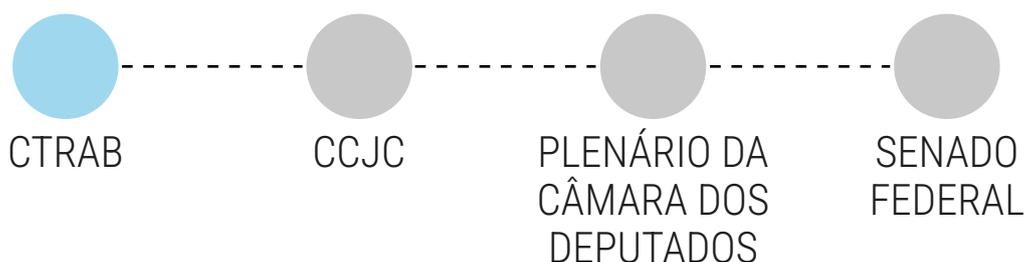
PL 8413/2017 - Apresentado pelo ex-deputado Marco Maia (PT-RS) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a rescisão contratual, revogando-se os arts. 477, 477-A, 477-B e 484-A.

O projeto estabelece que o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Bohn Gass (PT-RS), na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



GARANTIA DA ULTRATIVIDADE DAS NORMAS ESTABELECIDAS EM CONVENÇÕES OU ACORDO COLETIVO

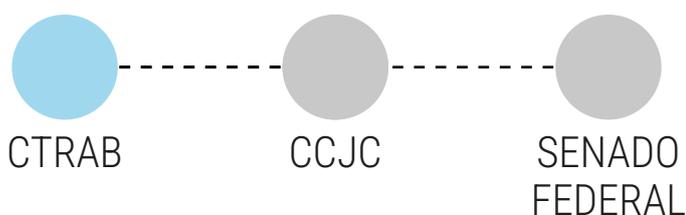
PL 2699/2019 - Apresentado pelo ex-deputado Valtenir Pereira (MDB-MT) - altera o § 3º do art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a ultratividade das normas estabelecidas em convenção ou acordo coletivo de trabalho até que sejam modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

O projeto regulamenta o modelo da aderência limitada por revogação das cláusulas negociadas em convenções ou acordos coletivos de trabalho.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado **PL 8112/2017** que aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



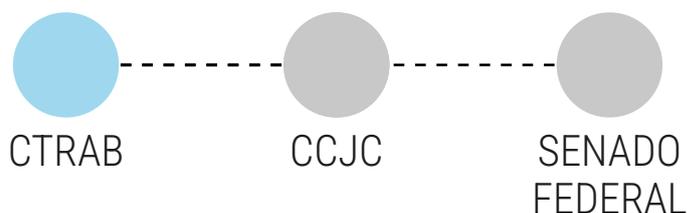
INTERVENÇÃO SINDICAL NAS DISPENSAS COLETIVAS

PL 230/2023 - Apresentado pelo deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a intervenção sindical nas dispensas coletivas.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda deliberação do parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1/2023 apresentada nesta Comissão de Trabalho.

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRATOS DE TRABALHO

CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

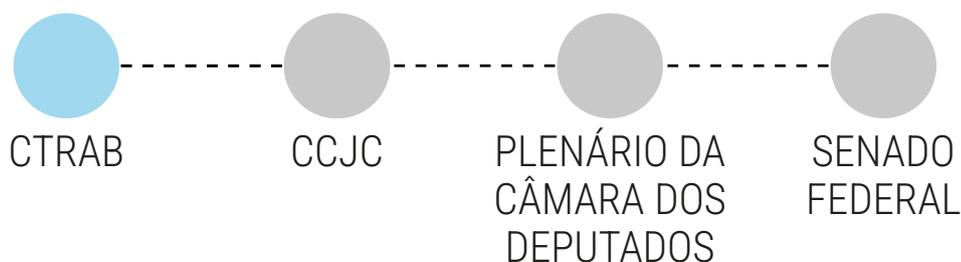
PL 10576/2018 - Apresentado pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre o contrato de trabalho intermitente.

O projeto visa proibir a celebração do contrato intermitente por acordo individual, o qual estará condicionado à previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, por meio da assistência sindical no momento de celebração do contrato.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado **PL 4132/2012** que aguarda parecer de relator, deputado Bohn Gass (PT-RS) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



REGIME HÍBRIDO DE TRABALHO

PL 10/2022 - Apresentado pelo senador Chico Rodrigues (PSB-RR) - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho.

O projeto estabelece as disposições do regime de teletrabalho e do regime híbrido de trabalho.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda deliberação do parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

PRÓXIMAS ETAPAS



REGIME HÍBRIDO DE JORNADA DE TRABALHO

PL 4098/2021 - Apresentado pela ex-senador Maria Eliza (MDB-RO) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o regime híbrido de jornada de trabalho.

O projeto estabelece as disposições do regime híbrido de jornada de trabalho.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda deliberação do parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

PRÓXIMAS ETAPAS



TRABALHO MULTIFUNCIONAL

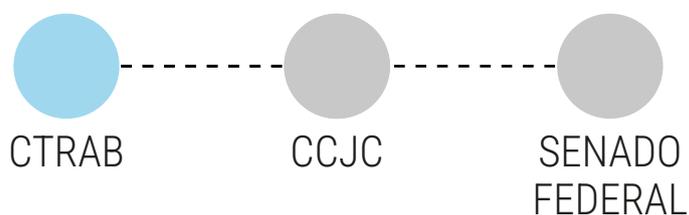
PL 5670/2019 - Apresentado pelo deputado Glaustin da Fokus (PODE-GO) - Acrescenta o art. 442-B à Consolidação das Leis do Trabalho e altera seu art. 468 para dispor sobre o trabalho multifuncional.

O projeto inclui na Consolidação das Leis do Trabalho a regulação do trabalho multifuncional. A relação de emprego poderá ser admitida no contrato individual de trabalho tanto por especificidade ou predominância de função como por multifuncionalidade.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Carlos Veras (PT-PE) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

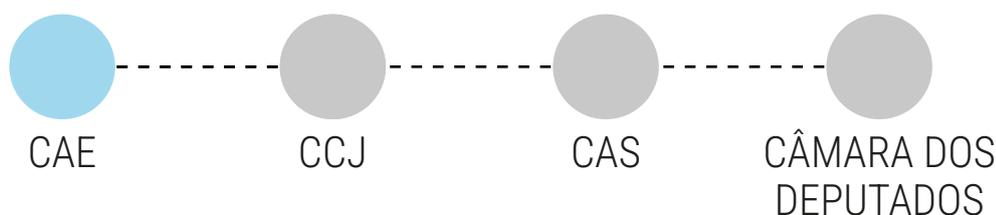
PL 859/2023 - Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) - Dispõe sobre os contratos de terceirização por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho deles decorrentes, revoga os artigos 4º-A, 4º-B, 4º-C, 5º-A, 5º-B, 5º-C, 5º-D, 19-B e 19-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, o art. 2º da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, e o art. 2º da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências.

O projeto regula os contratos de terceirização celebrados por pessoas jurídicas de direito privado e as relações de trabalho dele decorrentes.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda deliberação do parecer do relator, senador Laércio Oliveira (PP-SE), pela rejeição da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO

PLC 30/2015 - Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

O projeto regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. O projeto foi acordado com as entidades sindicais quando da sua tramitação na Câmara dos Deputados.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda inclusão do requerimento de desarquivamento na ordem do dia.

PRÓXIMAS ETAPAS

Se desarquivado, volta a tramitar nas comissões do Senado Federal.

TRABALHO EM PLATAFORMA

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE MOTORISTAS

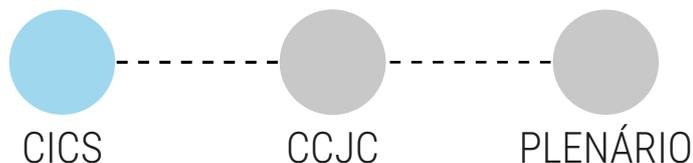
PLP 12/2024 - Apresentado pelo Poder Executivo - Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho.

O projeto estabelece diretrizes para gerir a relação entre os trabalhadores e as empresas operadoras de aplicativos. Como carga horária, direitos previdenciários, representação por entidade sindical dentre outros.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda despacho parecer do relator deputado Augusto Coutinho (REPUBLIC-PE) na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS).

PRÓXIMAS ETAPAS



REGULAMENTA A PROFISSÃO DE MOTORISTA AUTÔNOMO DE SERVIÇO DE MOBILIDADE URBANA

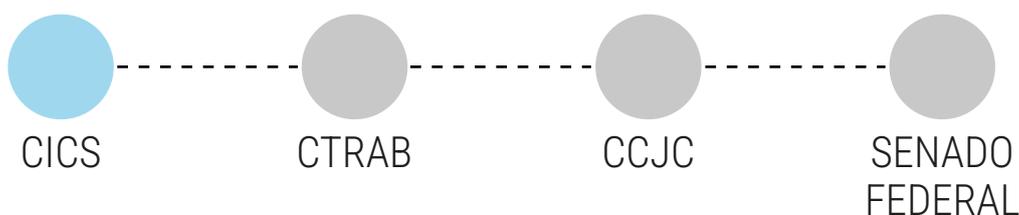
PL 536/2024 - Apresentado pelo deputado Agrobom (PL-GO) e outros - Regulamenta a profissão de Motorista Autônomo de Serviços de Mobilidade Urbana e dá outras providências.

O projeto busca manter o caráter privado do serviço e a relação de trabalho autônoma dos motoristas, garantindo-lhes, por outro lado, direitos mínimos em relação à justa remuneração e à transparência na relação com as grandes corporações de tecnologia que controlam os aplicativos.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Augusto Coutinho (REPUBLIC-PE) na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS).

PRÓXIMAS ETAPAS



REGULAMENTA PROTEÇÃO DO TRABALHO AFETADO PELA AUTOMAÇÃO

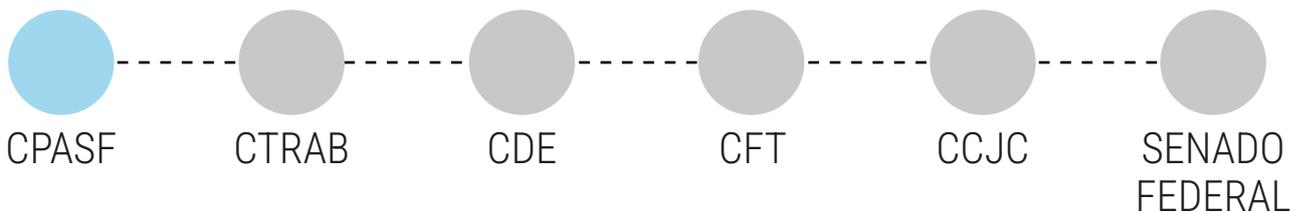
PL 1091/2019 - Apresentado pelo ex-deputado Wolney Queiroz (PDT-PE) - Regula o disposto no inciso XXVII, do art. 7º, da Constituição Federal, que estabelece o direito de o trabalhador urbano e rural ter "proteção em face da automação, na forma da lei".

O projeto estabelece condições a serem adotadas pelas empresas antes de implantarem novas tecnologias de produção. Entre elas, a proibição de demissões em massa, a negociação prévia com os trabalhadores afetados e o pagamento em dobro das verbas rescisórias dos que forem dispensados.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Previdência, Assis. Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

PRÓXIMAS ETAPAS



JORNADA DE TRABALHO

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

PL 1105/2023 - Apresentado pelo senador Weverton (PDT-MA) - Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, facultando a redução da jornada de trabalho, desde que feita sem redução salarial.

O projeto, visa reduzir a jornada de trabalho, sem que haja redução salarial, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. De acordo com as alterações proposta por emendas, em caso de redução com variação no salário, mesmo em acordo individual, o sindicato deverá participar.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda parecer do relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PRÓXIMAS ETAPAS



TRABALHO ESCRAVO E INFANTIL

PUNIÇÕES PARA O TRABALHO ESCRAVO

PL 5016/2005 - Apresentado pelo ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) - Estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências.

O projeto estabelece penalidade para o trabalho escravo e especifica a pena.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda constituição de Comissão Especial.

PRÓXIMAS ETAPAS



REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

ALTERA OS VALORES DA TABELA PROGRESSIVA MENSAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA

MP 1206/2024 - Apresentado pelo Poder Executivo - Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

A Medida Provisória define novos valores para tabela progressiva mensal do imposto de renda.

ONDE TRAMITA

No Congresso Nacional, aguarda instalação da Comissão Mista da Medida Provisória.

PRÓXIMAS ETAPAS



ALTERA OS VALORES DA TABELA PROGRESSIVA MENSAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA

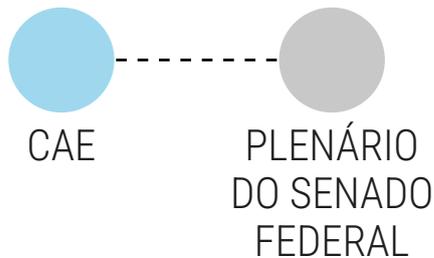
PL 81/2024 - Apresentado pelo deputado José Guimarães (PT-CE) - Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e revoga a Medida Provisória nº 1.206, de 6 de fevereiro de 2024.

O projeto define novos valores para tabela progressiva mensal do imposto de renda.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, foi designado o Senador Randolfe Rodrigues (SEM PARTIDO-AP) como relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PRÓXIMAS ETAPAS



EMPREGO, DEMISSÃO E SEGURO-DESEMPREGO

LEI DO PRIMEIRO EMPREGO

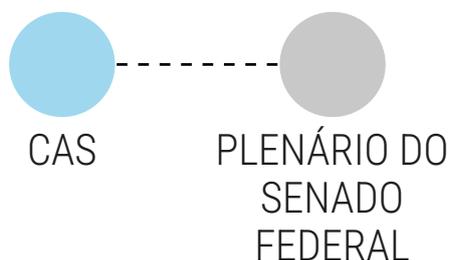
PL 5228/2019 - Apresentado pelo senador Irajá (PSD-TO) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o contrato de primeiro emprego e o contrato de recolocação profissional.

O projeto define novas regras para a contratação de jovens entre 18 a 29 anos, entre as novidades, redução do FGTS de 8% para 2% no caso da microempresa; para 4% se empresa de pequeno porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópica, associação ou sindicato; e para 6% no caso das demais empresas. Já a contribuição à Seguridade Social passa de 20% para 10% do salário.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda parecer do relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

PRÓXIMAS ETAPAS



INSTITUI O ESTATUTO DO APRENDIZ

PL 6461/2019 - Apresentado pelo ex-deputado André de Paula (PSD-PE) e outros - Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.

O projeto dispõe sobre o trabalho do aprendiz, estabelece formação profissional e contratação, direitos e garantias, deveres e obrigações dos respectivos estabelecimentos cumpridores de cota e entidades formadoras.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda criação de Comissão Especial. Vale ressaltar que foi apresentado em 2023 o REQ 3439/2023 de urgência para votação da matéria. Sendo aprovado pelos deputados a proposta segue para o Senado Federal.

PRÓXIMAS ETAPAS



ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E CUSTEIO SINDICAL

REFORMA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

PEC 196/2019 – Apresentado pelo ex-deputado Marcelo Ramos (PL-AM) - Dá nova redação ao art. 8º da Constituição Federal e altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Modifica o sistema sindical, cria o Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS), com participação paritária de trabalhadores e de empregadores. Houve alteração na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania restringindo o modelo de financiamento e a criação do conselho.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada na Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda formação de Comissão Especial para análise de mérito.

PRÓXIMAS ETAPAS



REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO SINDICAL

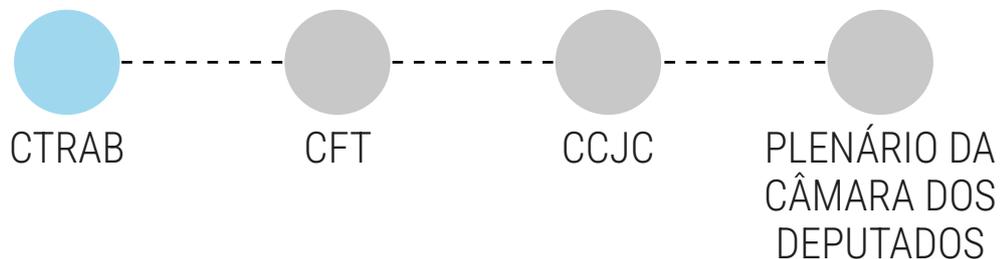
PL 5552/2019 - Apresentado pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG) - Regulamenta o Art. 8º da Constituição Federal, que dispõe sobre a organização sindical, e dá outras providências.

O projeto dispõe sobre a regulamentação da organização sindical, estabelecendo diversas diretrizes aos trabalhadores e aos sindicatos.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado ao **PL 6706/2009**, que aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

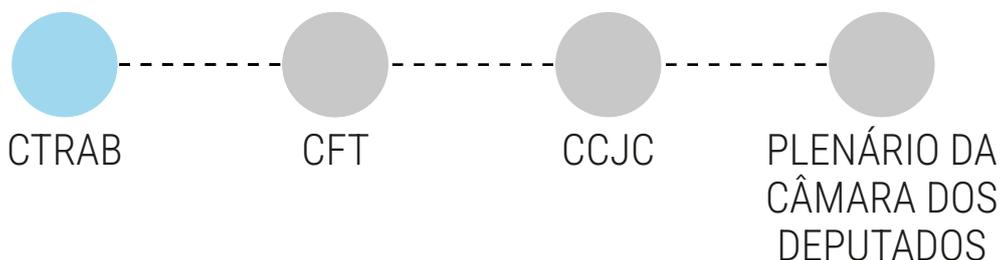
PL 6706/2009 - Apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) - Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O projeto veda a dispensa do empregado sindicalizado que concorre a vaga de membro do Conselho Fiscal de sindicato ou associação profissional.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

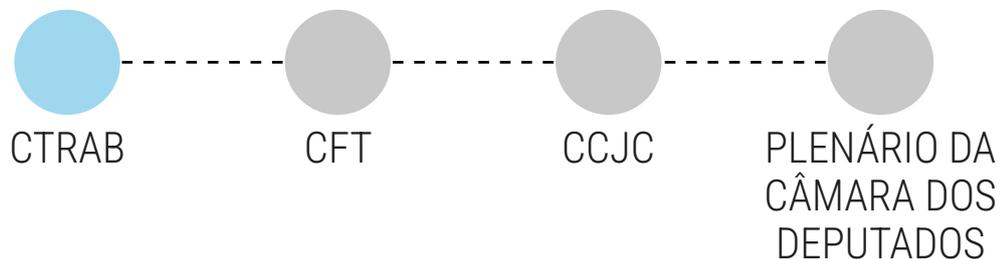
PL 8639/2017 - Apresentado pelo ex-deputado Marco Maia (PT-RS) - Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a contribuição sindical.

O projeto permite o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento, quando o trabalhador for sindicalizado.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado ao **PL 6706/2009**, que aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP) na Comissão de Trabalho (CTRAB).

PRÓXIMAS ETAPAS



VEDA A EXIGÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A PROFISSIONAIS NÃO SINDICALIZADOS

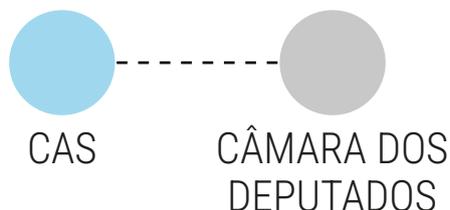
PL 2099/2023 - Apresentado pelo senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
- Altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados.

O projeto veda a cobrança da contribuição sindical aos profissionais não sindicalizados.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

PRÓXIMAS ETAPAS



CONVENÇÕES DA OIT

IGUALDADE DE GÊNERO NAS OPORTUNIDADES E NO TRATAMENTO DE TRABALHADORES

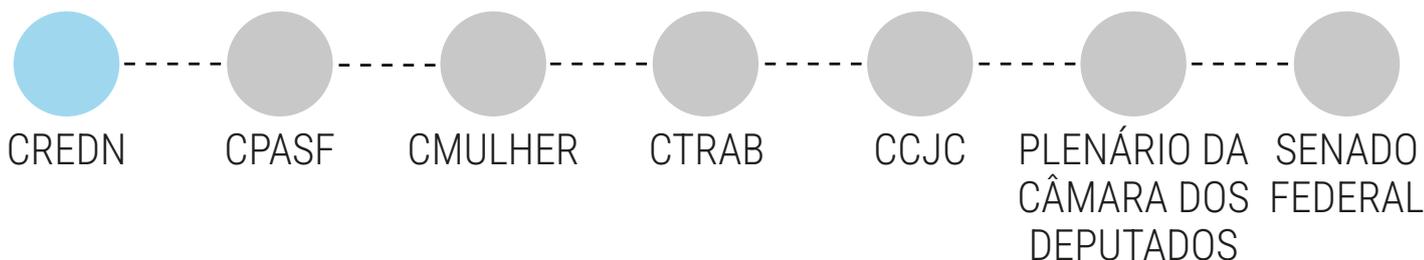
MSC 85/2023 - Apresentada pelo Poder Executivo - Convenção nº 156, de 1981, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para os Trabalhadores Homens e Mulheres: Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, assinada em Genebra, em 23 de junho de 1981, durante a 67ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

A mensagem busca cumprir com a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece igualdade de gênero do trabalho, levando em conta as responsabilidades em relação aos filhos ou outros membros da família. Incentiva a eliminação da discriminação contra trabalhadores que possuem responsabilidades familiares.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

PRÓXIMAS ETAPAS



ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA E DO ASSÉDIO NO MUNDO DO TRABALHO

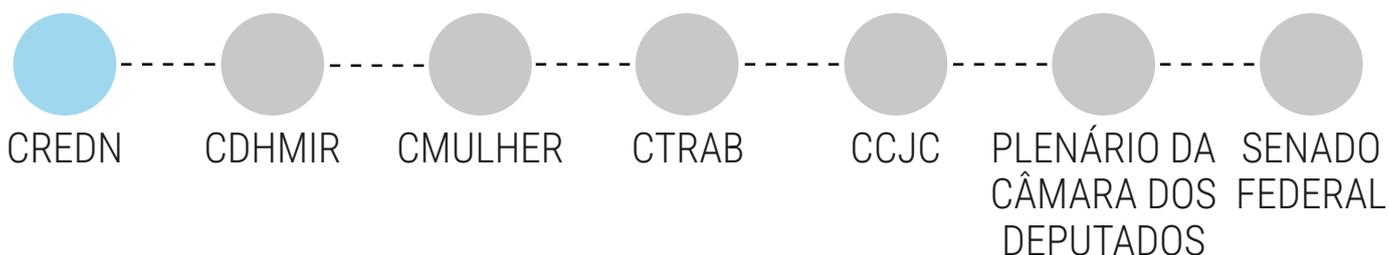
MSC 86/2023 - Apresentada pelo Poder Executivo - Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, assinada em Genebra, em 21 de junho de 2019, durante a 108ª Conferência Internacional do Trabalho.

A mensagem busca cumprir com a Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que busca a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

PRÓXIMAS ETAPAS



DEMISSÃO IMOTIVADA DO TRABALHADOR

MSC 59/2008 – Apresentada pelo Poder Executivo, a mensagem submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PRÓXIMAS ETAPAS

Se aprovada na CCJC, a matéria será analisada em plenário.

PROJETOS MONITORADOS

Além das matérias priorizadas no acompanhamento diário e estratégico das Centrais Sindicais, existe uma centena de proposições que tramitam nas Casas Legislativas que são monitoradas pelas entidades.

Tais matérias podem ingressar no grupo de priorizadas a depender do andamento das proposições, se aceleradas em sua tramitação e também caso sofram alterações nos textos originais de forma a atingir interesses dos trabalhadores ou da sociedade nos eixos pré-estabelecidos.

Segue em anexo o levantamento com todas as proposições monitoradas pela Centrais Sindicais.

TEMAS GERAIS RELACIONADOS AOS SERVIDORES PÚBLICO

- Revisão geral anual do serviço público (**PEC 220/2016**);
- Direito de greve (**PL 1950/2003**, **PL 424/2003** e **PLP 45/2022**);
- Estabilidade do servidor celetista (**PEC 518/2010**);
- PEC Social, revogação da contribuição dos servidores inativos (**PEC 6/2024**);
- Fim da contribuição de inativos (**PEC 555/2006**);
- Normas gerais relativas a concursos públicos (**PL 2258/2022**);
- Regulamentação do consignado para servidores públicos (**PL 2591/2023**);
- Fortalecer a negociação coletiva nas empresas públicas (**PDL 313/2022** ou sustar a **Resolução CGPAR 42**);
- Função social das empresas públicas (**PL 4090/2021**);
- Regulamentação do lobby - representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações (**PL 2914/2022**);
- Proporcionar segurança jurídica aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como regulamentar a dispensa em massa (**PL 4433/2021** e **PL 2338/2021**);
- Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos (**PL 1958/2021**);
- Tipificar o assédio moral (**PL 1521/2019**);
- Perda da função pública quando o crime de assédio sexual contra a mulher no ambiente de trabalho (**PL 1833/2022** e **PL 1399/2019**);
- Participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas (**PL 7179/2017** e **PL 1246/2021**);

- Obrigatoriedade de lei específica para empresa estatal criar subsidiária e participar de empresa privada (**PEC 150/2019** e **PL 4806/2020**);
- Reparações dos direitos congelados em decorrência da Covid-19 (**PLP 143/2020**);
- **PEC 133/2019** (Câmara), PEC Paralela da Reforma da Previdência;
- **PEC 139/2015** (Câmara), do Poder Executivo, extinção do abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade;
- **PLP 143/2020** (Câmara), contagem de tempo de serviço no período da pandemia;
- **PL 1920/2023** (apensado ao PL 1464/2022), que estabelece diretrizes para a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da Síndrome de Esgotamento Profissional entre os servidores públicos;
- **PL 2543/2023**, Dispõe sobre a ampliação da licença maternidade para cento oitenta dias no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho, do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do Regime Jurídica Único dos Servidores Públicos Civis da União e do Estatuto dos Militares;
- **PL 2721/2021** (Senado), Disciplina o teto remuneratório no âmbito da administração pública (extrateto);
- **PL 874/2023** (apensado ao PL 2556/2021), que altera as Leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, para impedir a posse em concurso público ou contratação com a Administração Pública de pessoas que estejam sob medidas cautelares ou que tenham sido condenadas por crimes de Violência Doméstica, contra idosos ou contra Crianças e Adolescentes;
- **PL 544/2019** (Câmara), Institui a verificação eletrônica de frequência e pontualidade dos Servidores Públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para fins de controle e fiscalização da jornada de trabalho;
- **PLP 161/2019** (Câmara), Acrescenta o art. 21-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer o valor máximo da remuneração dos servidores públicos nas categorias iniciais de suas carreiras.

TEMAS GERAIS RELACIONADOS AOS REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E NO REGIME GERAL PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Valor mensal da pensão por morte (Câmara: **PL 338/2024**);
- Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social e no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos federais (**PL 2779/2023**);
Beneficiário o direito à desaposentadoria (Senado: **PL 299/2023**);
- Adotar rito sumaríssimo em litígios e medidas cautelares relativos a auxílio-doença (**PL 5773/2019** e **PL 3236/2020**);
- Unificação da gestão dos regimes previdenciários (**PLP 189/2021**);
- Critérios para reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária (**PL 4434/2008**);
- Dedução de Imposto de renda da contribuição extraordinária de fundos de pensão (**PL 8821/2017**);
- Pagamento do 13º salário aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (**PL 4741/2023**);
- Aposentadoria especial aos segurados (**PLP 174/2023**);
- Concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (**PLP 42/2023** e **PLP 245/2019**);
- Responsabilidade exclusiva da patrocinadora do Fundo de previdência a recomposição ou constituição de reserva (**PLP 265/2016**);
- Governança das entidades fechadas de previdência complementar (**PLP 268/2016**);
- CGPAR/ME Nº 37, de 4 de agosto de 2022, que “estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar (**PDL 348/2022**);

- Processo de equacionamento de planos de previdência complementar deficitários (**PLP 439/2017**);
- Suprimir a obrigatoriedade do Beneficiário de comprovação de vida junto ao INSS (**PL 2129/2023**);
- Estabelece novo critério de renda para concessão do BPC (**PL 4210/2023**);
- Contribuição para a seguridade social do catador de material reciclável que exerça suas atividades em regime de economia familiar (**PEC 309/2013**);
- Desobrigação de contribuição adicional para aposentadoria especial quando houver redução do grau de exposição (**PL 1363/2021**);
- Obriga municípios a seguirem regras do regime de Previdência da União (**PEC 38/2023**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- Revoga a faculdade de celebração de quitação anual de obrigações trabalhistas (**PLS 251/2017**);
- Garantia da ultratividade das normas estabelecidas em convenções ou acordo coletivo (Câmara: **PL 2699/2019**);
- Revisão da organização e sustentabilidade das organizações sindicais (Poder Executivo enviar proposição);
- Demissão coletiva (**PL 8890/2017**);
- Revogação dos dispositivos que conferem força de lei às negociações coletivas (**PLS 252/2017**);
- Limites das negociações individuais e coletivas (**PL 10572/2018**);
- Assistência do sindicato na rescisão contratual (**PL 8413/2017** e **PL 288/2019**);
- Estabelecer que a convenção e acordo coletivos de trabalho devem observar o piso salarial (**PLP 28/2015**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS CONTRATO DE TRABALHO

- Altera e revoga dispositivos relacionados ao trabalho intermitente (**PL 8766/2017**);
- Garantia dos direitos dos trabalhadores nas contratações de serviços terceirizados (**PL 6456/2016**);
- Tratamento isonômico entre trabalhadores prestadores de serviço e contratados diretos (**PL 6363/2005**);
- Define responsabilidade solidária da contratante (**PL 7980/2017**);
- Carteira Verde e Amarela (**PL 1418/2021**);
- Simples trabalhista (**PLP 136/2021** e **PL 2234/2019**);
- Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas (**PL 537/2019**);
- Regime de trabalho sob demanda (**PL 5828/2023**);
- Contratação de empregado autônomo exclusivo pelo empregador (**PL 5590/2023**);
- Modificar a regra de proporcionalidade de empregados brasileiros (**PL 2701/2023**);
- Trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior (**PL 1748/2011**);
- Regulamentação da profissão de frentista (**PL 3299/2021**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE

- Licença maternidade (**PL 6219/2023**);
- Regulamentar a licença-paternidade a que se refere o inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal (**PL 6216/2023** e **PL 3935/2008**);
- Licença-parental compartilhada (**PL 2361/2023**);
- Instituto da Parentalidade em todo Território Nacional (**PL 1974/2021**);
- Estabilidade provisória da empregada gestante (**PL 1558/2023**);
- Aposentadoria por idade para mães (**PL 2691/2021**);
- Permitir a ausência da trabalhadora vítima de violência doméstica ou sexual para realização de boletim de ocorrência e exame de corpo de delito sem prejuízo do salário (**PL 3363/2023**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS TRABALHO EM PLATAFORMA

- Enquadramento dos serviços de motorista de aplicativo como Contrato de Trabalho Intermitente (**PL 1976/2021** e **PL 773/2023**);
- Relação de emprego entre empresas e empregados que exercem atividades através da plataforma de aplicativos de transporte terrestre (**PL 5069/2019**);
- Condições de trabalho nas atividades de entrega de produtos ou serviços por via de plataformas digitais (**PL 2355/2021**);
- Regime de trabalho sob demanda (**PL 3748/2020** e **PLS 3754/2020**);
- Contrato de trabalho em plataformas digitais (**PL 4172/2020**);
- Revoga o teletrabalho (**PL 8501/2017**);
- Detalha as obrigações do empregador na realização do teletrabalho (**PL 3512/2020**);
- Teletrabalho realizado fora das dependências do empregador (**PL 5581/2020**);
- Regulamenta o teletrabalho (**PL 4931/2020**);

TEMAS GERAIS RELACIONADOS REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

- Reduz a jornada máxima de trabalho SF (**PEC 148/2015**) – CD (**PEC 221/2019**);
- Simplifica o cálculo da hora noturna (**PL 5626/2020**);
- Trabalho aos domingos e feriados (**PL 6102/2019** e **PL 2369/2015**);
- Prorrogação de jornada insalubre (**PL 417/2022**);
- Horas in itinere (**PL 8991/2017**);
- Descanso intrajornada e entre jornadas (**PL 8574/2017**);
- Negociado terá primazia sobre o legislado apenas quando for mais benéfico para o trabalhador (**PL 8692/2017**);
- Proíbe horas extras para regime parcial (**PLS 281/2017**);
- Remuneração das parcelas não fruídas do intervalo intrajornada (**PLS 282/2017**);
- Regime híbrido de jornada de trabalho (**PL 4098/2021**);
- Período máximo para fruição pelo empregado, da folga coincidente com o Domingo (**PL 5519/2023** e **PL 2369/2015**);
- Adoção de sistemas de controle da jornada de trabalho rural (**PL 696/2022**);
- Redução da jornada de trabalho da pessoa com deficiência (**PL 3290/2023**);
- Permitir redução da jornada de trabalho do empregado responsável por filho ou dependente com autismo (**PL 235/2023**);
- Disciplinar o tempo gasto pelo empregado ao deslocamento para o trabalho – horas in itinere (**PL 5589/2023**);
- Hora ficta noturna (**PL 4071/2023**);
- Estabelecer que a adoção de jornada de 12 x 36 dependerá de licença prévia (**PLS 298/2017**);

- Critérios para o estabelecimento da jornada de trabalho, jornada extraordinária, trabalho noturno e trabalho aos domingos; fixando novos valores para hora-extra, cálculo do salário-hora, salário-dia e períodos de descanso (**PL 342/2003**);
- Abertura de agências bancárias aos sábados e domingos (**PL 1043/2019**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS IDOSOS DEFICIÊNCIA E DOENÇAS GRAVES

- Estabelecer o direito a preferência na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência (**PL 1142/2022**);
- Redução da jornada de trabalho do empregado que tenha filho ou dependente com deficiência (**PL 677/2022** e apensados);
- Vedação de despedida de empregado acometido de doença grave (**PL 3952/2023**);
- Regimes de teletrabalho e trabalho remoto para o empregado com deficiência, cônjuge, filho ou guarda de criança na mesma condição (**PL 2888/2023**);
- Estabilidade provisória a trabalhador afastado por acidente ou doença (**PL 8057/2017**);
- Facilitação da contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada (**PL 1231/2015**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS TRABALHO ESCRAVO/INFANTIL

- Proíbe o empregador de submeter o empregado a condições degradantes de trabalho (**PL 6526/2016**);
- Conceito de trabalho análogo ao de escravo (**PL 3842/2012**);
- Cassação do CNPJ de empresas que fazem uso de trabalho análogo ao escravo (**PL 7946/2017**);
- Caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil (**PL 6895/2017**);
- Vedar a contratação com o poder público de empresas que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo (**PL 3901/2021**);
- Condições especiais do contrato de trabalho do empregado que dorme no estabelecimento do empregador (**PL 124/2024**);
- Medidas que contribuam para o pagamento das indenizações e demais verbas devidas aos trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravo (**PL 2148/2023**).

TEMAS GERAIS SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

- Regulamenta auxílio-doença e salário maternidade do trabalhador intermitente (**PL 2176/2019**);
- Estabilidade provisória do trabalhador vítima de acidente de trabalho (**PL 1780/2007**);
- Peso máximo que um trabalhador pode remover (**PL 5746/2005**);
- Obrigatoriedade da promoção de ações de imunização (**PL 4137/2012**);
- Aplicação de metas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) como critério para fixação de direitos relativos à participação nos lucros e resultados (**PL 2683/2019**);
- Acidente de trajeto a acidente de trabalho (**PL 399/2021**);
- Aplicação das normas de saúde e segurança no trabalho para trabalhadores de áreas externas (**PL 6050/2016**);
- Inspeção prévia do estabelecimento (**PL 2739/2021**);
- Obrigatoriedade da dupla visita nas fiscalizações do trabalho (**PL 4696/2019**);
- Interditar estabelecimento ou obra (**PL 6742/2013**);
- Efeito suspensivo de recurso de empresa no caso de acidente de trabalho (**PL 811/2015**);
- Regulamentação do trabalho em frigoríficos (**PL 2363/2011**);
- Estabelece sanções para a discriminação contra profissionais de limpeza pública (**PL 7687/2017**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

- Igualdade salarial entre mulheres e homens (**PL 1372/2021**);
- Índice de correção da tabela do Imposto de Renda (**PL 3526/2023** e **PL 7172/2010**) defesa da proposta da faixa dos R\$ 5 mil;
- Remuneração das contas do FGTS (**PL 6223/2016**);
- Desonera a remuneração de férias e do décimo terceiro (**PL 2708/2007**);
- Renovação da política de valorização do salário mínimo (**PL 7469/2014**);
- Permite atuação de instituições privadas no FGTS (**PL 2995/2020**);
- Reduz o valor do depósito do FGTS para micro e pequenas empresas (**PL 4597/2016**);
- Valores da tabela mensal do imposto sobre a renda da pessoa física (**PL 5205/2016**);
- Programas de participação nos lucros ou resultados (**PL 3016/2015**);
- Redução da multa do FGTS para 20% (**PL 2383/2021**);
- Proibição de desconto do auxílio-alimentação em períodos de férias, ausência ao trabalho com compensação de jornada ou uso de banco de horas e faltas justificadas (**PL 3875/2023**);
- Isenta de Imposto de Renda a participação nos lucros destinada a empregados (**PL 581/2019**);
- Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais (**PL 3016/2015**);
- Estender ao trabalhador doméstico o direito à percepção do abono salarial do PIS (**PL 2216/2023**);

- Conceder aos empregados domésticos o pagamento de seguro-desemprego independentemente de inscrição no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (**PL 3952/2012**);
- Inclusão de metas de saúde e segurança no trabalho, como redução de acidentes, na apuração da participação dos lucros da empresa (**PL 2683/2019**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS EMPREGO/DEMISSÃO/SEGURO-DESEMPREGO

- Custeio do seguro-desemprego em função de rotatividade da mão de obra (**PL 1579/2015**);
- Regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências (**PL 6356/2005**);
- Redução da idade mínima para o trabalho (**PEC 18/2011**);
- Equiparação das demissões individuais, plúrimas e coletivas, dispensando a participação do sindicato (**PLS 366/2017**);
- Estabilidade provisória da empregada durante o período de vigência de medida protetiva de urgência (**PL 3700/2023**);
- Programas e planos de demissão voluntária ou incentivada (**PL 5730/2019**);
- Demissão por justa causa em casos de prática de assédio moral (**PL 2317/2023**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS REFORMA DE ESTRURA SINDICAL E MODELO DE FINANCIAMENTO

- Proíbe que as entidades sindicais e organização não governamental (ONG) recebam qualquer tipo de contribuição (**PL 1124/2021**);
- Contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais (**PL 4026/2019**);
- Contribuição de negociação coletiva e sobre o recolhimento da contribuição sindical (**PL1046/2022**);
- Vedar a cobrança de contribuições de trabalhadores ou empregadores não filiados ao respectivo sindicato (**PEC 46/2023**);
- Vedação da prática de enquadramento sindical que implique em violação dos direitos trabalhistas (**PL 3128/2021**);
- Disciplinar a participação dos empregados na gestão das empresas (**PL 1915/2019**);
- Exigência de prestação de contas de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ao Tribunal de Contas da União (**PL 4977/2016**);
- Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal (**SUG 12/2018**);
- Mandatos de membros de entidades de classe e de organizações de interesse público (**PL 1882/2023**);
- **PL 766/2024** - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o repasse de recursos financeiros das entidades sindicais para partidos políticos e para dispor sobre a transparência e a integridade das eleições sindicais. (apensado ao **PL 6706/2009**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS CONVENÇÕES DA OIT

- Liberdade sindical – ratificação da Convenção 87 da OIT (**PDS 16/1984**);
- Trabalho Forçado ou Obrigatório (**PDL 323/2023 MSC 173/2023** – Convenção da OIT nº 29).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS CIDADES E MUNICÍPIOS

- REFIS da previdência, adiamento do prazo para pagamento de precatórios, ampliação da DREM (**PEC 66/2023**);
- Mercado de carbono (**PL 182/2024**);
- Desoneração da contribuição patronal sobre a folha de pagamentos dos Municípios (**MP 1202/2023** ou o projeto de lei que a suceder);
- Estabelecer sistema de transporte público universal e gratuito (**PEC 25/2023**);
- Tarifa Social de Energia Elétrica (**PL 2428/2019**);
- Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (**PL 6606/2019**);
- Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami) (**PL 4392/2021**).

TEMAS GERAIS RELACIONADOS AGRICULTURA E TRABALHADORES DO CAMPO

- **PL 2754/2023** - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o valor do grupo “Alimentos e Bebidas” do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como parâmetro a ser utilizado para o cálculo do reajuste anual, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- **PL 488/2011** - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da condição de segurado especial, e dá outras providências;
- **PLS 222/2016 (PL 3048/2022)** – Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, com vistas à preservação do meio ambiente, à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais no território desse bioma;
- **PL 1863/2022** - Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de produtos agroindustriais;
- **PL 1864/2022** - Altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, para fortalecer ações voltadas aos povos e comunidades tradicionais e aos agricultores familiares;
- **PL 1865/2022** - Dispõe sobre a integração dos sistemas de cadastro de terras rurais e ambiental rural com os sistemas de registros públicos, e altera as Leis nºs 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 12.651, de 25 de maio de 2012, para obter melhor conhecimento da realidade agrária e ambiental rural do País e aprimoramento das políticas públicas pertinentes;
- **PL 3292/2020** - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme especifica; e dá outras providências;

- **PL 3954/2019** - Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para estabelecer, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;
- **PL 7745/2017** - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, quanto à aquisição local de produtos panificáveis no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- **PLC 182, de 2017** (Projeto de Lei nº 906, de 2015, na origem), que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. **(Possibilidade de mudar posicionamento se mudar substitutivo);**
- **PL 2633/2020** - Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências;
- **PEC Nº 9/2023** que proíbe a aplicação de sanções a para os políticos que não cumpriram cotas de sexo ou raça nas últimas eleições.